

*João Fragoso e Manolo Florentino*

# O arcaísmo como projeto

Mercado atlântico, sociedade agrária  
e elite mercantil em uma economia  
colonial tardia  
Rio de Janeiro, c.1790-c.1840

4ª edição revista e ampliada



Rio de Janeiro  
2001

“Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira, é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual.”<sup>1</sup> Tal é a constatação que serve de eixo à análise de Maurício Costa Romão numa coletânea sobre a economia brasileira das últimas décadas. Seus dados são contundentes: entre 1960 e 1988, a porcentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza gravitou ao redor de 40% da população. Mais curioso ainda é que os indicadores de distribuição da renda nacional pouco variaram frente aos diversos ciclos de expansão/contração da economia recente. Assim, uma comparação entre uma etapa claramente retracionista, como 1960, e o *boom* do milagre (1970) nos mostra poucas alterações dos altos níveis de incidência da pobreza — se no primeiro ano os indivíduos miseráveis somam 41% da população, dez anos depois situam-se em 39%. A miséria é praticamente invariável, certo, mas o mesmo não ocorre com a renda detida pelos 10% mais ricos, os quais concentravam 35% da riqueza em 1960, aumentando para 42% em 1970.<sup>2</sup> Outras análises confirmam a ten-

<sup>1</sup>ROMÃO, Maurício C. “Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil”, in: CAMARGO, José M. & GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 103.

<sup>2</sup>Idem, pp. 103-106.

dência, mas exacerbam o perfil concentracionista: em 1960 o décimo mais rico dos brasileiros detinha 40% da riqueza, cifra que teria subido para 47% em 1970, 48% em 1980 e chegado a 49% em 1990.<sup>3</sup>

Comentando a permanência da extrema concentração da distribuição de renda entre nós, Antônio Barros de Castro alerta que dar conta da enorme concentração de renda entre nós é algo que exige do economista “assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais”.<sup>4</sup>

Nosso livro assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a persistente redução da reflexão histórica à simples reiteração da “memória”. Seguindo os passos de Marc Bloch, cremos que o historiador pode oferecer importantes subsídios para, através do passado, ajudar a compreender o presente. Daí termos buscado entender a persistente desigualdade brasileira por meio de alguns de seus nexos com nossa história colonial tardia — i.e., com os séculos XVIII e XIX.

Não se engane o leitor, imaginando que este livro possa ser confundido com uma análise “econômica” no sentido restrito do termo. Pois sua idéia central é a de que a natureza arcaica da formação colonial tardia impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam seu funcionamento.<sup>5</sup> Daí a hipótese que norteia toda a reflexão: a de que a reprodução do

<sup>3</sup>BARROS, Ricardo Paes de *et. al.* *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997, p. 40 (texto para Discussão # 454) — cf. Apêndice A.  
<sup>4</sup>In: CAMARGO & GLAMBIAGI, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>5</sup>Inspiramo-nos, portanto, em diversos trabalhos de Karl Polanyi, cujas idéias centrais podem ser aferidas em *A grande transformação* (Rio de Janeiro, Campus, 1980).

sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteration de uma hierarquia social fortemente excludente. Não poderia ser de outro modo. Em se tratando de uma sociedade escravista, a produção não era auto-regulável, pressupondo a constituição pretérita de relações desiguais de poder — afinal, na escravidão, o produtor direto era cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada, era, portanto, a condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo.

O núcleo da formação colonial tardia era constituído por um tipo específico de reprodução, no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam recriar o padrão excludente. Assumir semelhante ótica impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste distanciamento é a redefinição do papel do mercado, que passa a subordinar-se à consecução da diferenciação perversa.

Trilhar tal perspectiva implica, antes que nada, atentar para a natureza singular da metrópole portuguesa. A recente historiografia lusitana vem pondo em dúvida a possibilidade de apreender o projeto ultramarino português a partir dos clássicos quadros do moderno sistema colonial. Tudo indica que a apropriação do excedente produzido no ultramar tinha o claro propósito de perpetuar em Portugal uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime. Tratava-se, enfim, de reiterar uma estrutura preexistente, com a aristocracia agrária à testa.

Abre-se aqui uma importante picada para compreender o funcionamento da Colônia. A estrutura social portuguesa tramarria contra a estabilização e o enraizamento do capital mercantil metropolitano, ao menos no nível alcançado pelos grandes mer-

cadores de outros centros europeus modernos — que tendiam a controlar a reprodução de suas economias ultramarinas. Se a isto se agrega a natureza mercantil da produção colonial escravista, também marcada por uma frágil divisão social do trabalho e por débil circulação de numerário, estaremos frente às precondições para a preeminência daqueles agentes que, no Brasil, detinham a liquidez do sistema — o capital mercantil residente.

Não nos restringimos, contudo, à simples detecção da hegemonia dos grandes mercadores da época colonial tardia. Fomos além, e buscamos desvendar os mecanismos que afiançavam essa preeminência, opção que nos colocou diante da própria lógica de reiteração temporal da economia e sociedade em questão. De imediato, percebemos que tal reiteração tinha por requisito a contínua incorporação de fatores econômicos cuja oferta combinava uma enorme elasticidade e custos socialmente reduzidos: terras, mão-de-obra e alimentos. Na base desta incorporação estava a existência de uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana.

De tudo isso resultou uma economia de natureza atlântica, cujos lineamentos não-capitalistas lhe permitia desfrutar certa autonomia frente às pulsações do mercado internacional, além de sedimentar setores de acumulação a ela endógenos. *Pari passu*, rastreamos uma dinâmica na qual o mercado continuamente forjava uma hierarquia excludente de caráter arcaico. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava o dire-

cionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas — leia-se, sobretudo, a agricultura.

Este quadro geral sugere um perfil de crescente enriquecimento da elite mercantil, e de contínua pauperização das camadas subalternas livres. Entretanto, o manejo das taxas de pobreza e de riqueza durante a primeira metade do século XIX mostrou certa invariância na parcela detida pelos ricos e pelos pobres. Na verdade, o acesso dos pobres a recursos produtivos em si mesmos baratos — terras, alimentos e mão-de-obra — impediu a *débâcle* social, garantindo a estabilidade do sistema em meio a altos níveis de concentração.

A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituíam-se, assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente. Nas condições específicas da colônia, a ausência do movimento ensejado pelo ideal aristocrático inviabilizaria o grande cenário rural que por séculos a fio articulou senhores e cativos.<sup>6</sup>

<sup>6</sup>O estudo que se segue é resultado de duas teses de doutoramento. Isto por si só já dá uma idéia do número de pessoas e instituições vinculadas a seu longo amadurecimento. É impossível, entretanto, deixar de sublinhar a paciência e o carinho com que José Roberto Góes, Ana Paula Goulart Ribeiro e Georgina Silva dos Santos acompanharam as etapas iniciais de sua elaboração. Mais recentemente colaboraram Ana Cláudia Quinta Pereira, Carlos Engemann, Marcelo Ferreira de Assis, Daniele Maia Francisco, Alzira Durão, Vanusa de Oliveira Martins, Ana Lugão e Cuca Machado. Para as informações que aqui careçam de indicação de fonte, cf. FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998; e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. A presente edição incorpora algumas das críticas que foram feitas às anteriores.

## O PRIMUM MOBILE DA ESCRAVIDÃO

Quando passamos em revista alguns dos principais modelos explicativos da economia colonial, detectamos neles um sentido quase transcendente: a estrutura produtiva colonial ter-se-ia criado para transferir excedentes para a Europa, para o que a associaria organicamente a grande propriedade fundiária monocultora e o trabalho escravo.

Um dado, porém, parece ter escapado a nossos clássicos: a consecução desse objetivo implicava a emergência de um sistema cujo funcionamento se identificava com a reiteração temporal de uma hierarquia a um só tempo diferenciada e excludente. Isso pouco significaria se recordássemos que na Jamaica, para darmos apenas um caso, a montagem e o funcionamento do escravismo exportador também fundaram uma sociedade profundamente desigual. Mas as diferenças começam a surgir quando recordamos que os projetos colonizadores que redundaram no Brasil e na Jamaica foram levados a cabo por metrópoles cujas naturezas eram radicalmente distintas. A Inglaterra que se assenhoreou da ilha caribenha havia muito promovido sua Reforma Anglicana, expropriado as terras da Igreja e iniciado os *enclosures*. Seu meio rural, cenário privilegiado das antigas relações sociais predomi-

nantes, via-se mais e mais mercantilizado, redimensionando as relações de força e propiciando a emergência e/ou redefinição de frações sociais como a *Gentry* e a *Yeomen*. Simultaneamente, observava-se o envolvimento cada vez maior da economia inglesa com o mercado internacional, de início por meio da lã e depois pela produção de outras manufaturas. Como resultado, o capital mercantil crescia.

Todo esse conjunto de transformações levaria às revoluções do século XVII, culminando na redefinição do papel do próprio Estado, o qual, ao contrário de tentar preservar a velha ordem, buscava incrementar o novo. Em meio a semelhante panorama deu-se a instalação da agroexportação escravista no Caribe britânico. Em outras palavras, para a Inglaterra a colonização das Antilhas e a criação, ali, de uma estrutura assentada na radical exclusão social assumia feições de mais um dos vários instrumentos de transformação da própria sociedade inglesa. Não surpreende, pois, que, neste caso, a reprodução da mão-de-obra pelo tráfico — imprescindível à expansão da *plantation* — fosse viabilizada e permanecesse controlada pelo capital mercantil metropolitano.

O panorama português era totalmente distinto. Para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e excludentes no Ultramar servia ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana. Logo, a colonização lusa não deveria ter por conseqüência o fortalecimento de novos grupos e frações sociais fora do controle das forças características do Antigo Regime. O Estado português, ao contrário de seu homólogo inglês, esteve antes preocupado com a manutenção da sociedade estamental do que com a sua superação. Se a sociedade lusitana da época moderna era arcaica, isto se deveu à implemen-

tação de um projeto claramente assumido, à testa do qual esteve a aristocracia e seus sócios aristocratizantes (os mercadores-fidalgos).

A articulação entre a economia colonial e o projeto arcaico metropolitano centrou-se na contínua transferência do excedente gerado no Ultramar. Tal movimento tinha como campos privilegiados o comércio exterior (sobretudo a reexportação dos produtos coloniais no mercado europeu) e a captação de impostos. Contudo, se nos detivermos no funcionamento do Pacto Colonial, observaremos que a própria natureza do projeto arcaizante lusitano não apenas impedia a constituição de um sólido capital mercantil (e, portanto, de fortes e duradouras companhias monopolistas), como também abria espaço para a concorrência intracomerciantes metropolitanos. Propiciava, além disso, a possibilidade de gestação e afirmação de poderosas comunidades mercantis nos trópicos, o que, de uma forma ou de outra, contribuía para a consecução do projeto arcaico metropolitano — i. e., a apropriação do *resultado final* do funcionamento da economia colonial, sem o fortalecimento de setores burgueses metropolitanos que pudessem ameaçar a manutenção da velha ordem.

Ora, a ausência de um capital comercial lusitano capaz de organizar a produção colonial poderia explicar a possibilidade de emergirem fortes setores mercantis na Colônia — mas não a concretização de semelhante fenômeno. Para entender este último movimento faz-se necessário apreender as articulações internas da estrutura colonial, na qual o papel do mosaico de produções não-capitalistas era decisivo. Sabendo-se que essas produções se moviam em meio a um mercado caracterizado por uma frágil divisão social do trabalho — e, portanto, por uma

precária liquidez —, torna-se fácil detectar os móveis da hegemonia do capital mercantil residente. Em suma, a própria estrutura montada pela colonização ensejava o aparecimento de elementos que ocupavam a brecha gerada pelos conservadores objetivos metropolitanos.

Aprofundando a análise a partir desse ponto de vista, é forçoso assumir estarmos diante de uma estrutura cuja dinâmica se traduzia na constante incorporação de fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão-de-obra. Daí derivavam algumas conseqüências. A primeira refere-se à possibilidade que essa estrutura tinha de, com determinados limites, resistir às diversas conjunturas do mercado internacional — ou seja, de apresentar uma autonomia relativa. Ora, se estamos tratando de uma economia que, ainda quando colonial e tardia, possuía certa independência em face das determinações exteriores, caberia indagar sobre qual seria o seu sentido maior, isto é, sobre o fim último de sua reprodução temporal.

Começamos a responder a tal indagação quando constatamos que essa mesma estrutura ensejava o aparecimento de uma diferenciação excludente que, ao perpetuar-se no tempo, assumia características estruturais. De fato, os estabelecimentos rurais, ao não demandarem altos investimentos iniciais, podiam ver-se expropriados de parcela expressiva de seu excedente pelo capital mercantil e usurário, sem que disso derivasse o seu desaparecimento. Estava dada, desse modo, a precondição para, sem maiores riscos, configurar-se uma hierarquia econômico-social cuja base se identificava com os agentes ligados à terra, e o topo com aqueles vinculados às atividades mercantis e prestamistas.

A natureza estrutural desse tipo de hierarquia se esclarece ainda mais quando se atenta para a permanência temporal de mecanismos internos que perpetuavam a diferenciação indicada, mecanismos estes caudatários dos próprios traços definidores da estrutura produtiva em questão. O acesso a terras e a homens permitia ao homem livre pobre tornar-se lavrador, com o que se detecta ter existido algum grau de mobilidade intrínseca à economia colonial. Entretanto, desde a montagem de sua empresa o lavrador via-se expropriado de parte da produção social. Isto impossibilitava acumular uma escala de riqueza que o alçasse a um patamar mais elevado na hierarquia de fortunas. Portanto, a ele estava vedado o acesso às atividades mais lucrativas — as de natureza mercantil, sobretudo as vinculadas ao comércio exterior —, as quais, desse modo, se erigiam em atividades exclusivas dos agentes detentores de liquidez.

Desse modo, a possibilidade de ascensão social e econômica antes detectada transformava-se em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão. A mobilidade existia, enfim, enquanto movimento viabilizador da inserção dos agentes no processo produtivo *stricto sensu*. Uma vez concretizado tal, reproduzia-se a diferenciação excludente.

#### O IDEAL ARISTOCRÁTICO DA ELITE MERCANTIL E A FORMAÇÃO DA ARISTOCRACIA NOS TRÓPICOS

O cenário até aqui montado indica não apenas a existência de um capital mercantil hegemônico, mas também a de mecanismos que garantiam a perpetuação dessa hegemonia. Cabe indagar sobre as implicações socioeconômicas de semelhante preeminência.

Sabe-se que, por si mesma, uma economia marcada pela hegemonia do capital mercantil esteriliza enorme parcela do excedente produzido:

O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagens, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado à rapina e pirataria, ao roubo de escravos e à subjugação (nas colônias).<sup>1</sup>

Em nosso caso, a hegemonia mercantil implicaria uma constante incorporação não capitalista de fatores produtivos caracterizados por baixos custos. Igualmente, tal hegemonia redundaria na contínua expropriação de excedentes, ensejando o aparecimento de uma sociedade profundamente diferenciada. Contudo, as fontes mostram outro traço, aparentemente paradoxal, já que de certo modo nega tanto a lógica empresarial quanto a própria permanência dos grandes comerciantes na esfera da elite mercantil. Referimo-nos ao expressivo número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringia a, no máximo, duas gerações. Tudo indica que, depois de vinte ou trinta anos de funcionamento contínuo, seus responsáveis acabavam por abandonar os misteres mercantis, transformando-se especialmente em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e de homens.

É o que se nota pelo destino dado a parte da acumulação mercantil (i.e., a parcelas importantes do excedente colonial) em inícios do século XIX. Entre 1800 e 1810, os registros do Terceiro Ofício de Notas do Arquivo Nacional indicam a profissão dos compradores de bens imobiliários urbanos. Dos 196

---

<sup>1</sup>MARX, op. cit., p. 320.

adquirentes, noventa eram comerciantes, responsáveis por 2/3 dos valores transacionados em prédios — dado que atesta cabalmente o predomínio do capital mercantil nesse tipo de aplicação. Por outro lado, ao longo do mesmo intervalo, os quatro cartórios da cidade do Rio de Janeiro registram a venda de 747 prédios urbanos que, agregados, somavam 823:993\$205 réis. Destes, 45% foram adquiridos por pessoas que por mais de uma vez apareciam comprando esse tipo de bem, as quais correspondiam a 22% dos compradores, movimentando cerca de 2/5 dos valores imobiliários transacionados. Dados desse tipo indicam estarmos diante de um grupo relativamente pequeno de rentistas e, por conseguinte, diante de um alto desvio de investimentos da produção para um setor que não multiplicava a riqueza — pelo contrário, esterilizava-a.

Se a estes valores agregarmos os de outro grande símbolo de *status* (as chácaras urbanas), teremos que, entre 1800 e 1810, pelo menos 13% (502:917\$669 réis) de todos os valores transacionados que foram registrados em cartório eram retirados do circuito produtivo e esterilizados em prol de frações sociais que viviam à margem não apenas da produção, mas também do próprio comércio. Lembre-se de que o montante dessa esterilização equivalia a 45% do valor de todo o açúcar branco exportado através do porto do Rio de Janeiro em 1805 — um dos anos de maior cotação do produto no mercado internacional no início do século XIX. Tal dado remete ao custo, para a sociedade, da constituição do grupo rentista.

Tomando por base as listas de comerciantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro na virada do Setecentos para o Oitocentos, localizaram-se no acervo do Arquivo Nacional 25 inventários *post-mortem* cujas fortunas eram sempre superiores a 50 contos de réis — cifra que garantia acesso absoluto às maiores

fortunas da época. Desse total, 12 faleceram na condição de comerciantes, nove haviam se transformado em rentistas urbanos e quatro em fazendeiros. Dos 12 que continuaram ligados ao comércio, sete tinham a aquisição de prédios como a segunda maior rubrica de suas fortunas.

Se nos ativermos agora à elite mercantil propriamente dita, observaremos que essa reconversão era ainda mais significativa. Dos nomes listados na Tabela 10, que reúne os 15 mais importantes negociantes e famílias ligados ao comércio de longo curso, localizou-se, por meio de inventários, o destino dado à riqueza de nove deles (João Gomes Barrozo, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira Penna, Pereira Mesquita, Manoel Joaquim Ribeiro, Francisco José Guimarães, Manoel Caetano Pinto e Joaquim José da Rocha). Por ocasião do falecimento, apenas João Gomes Barrozo e Manoel Joaquim Ribeiro mantinham-se na condição de comerciantes, com os demais transformados em rentistas urbanos e/ou senhores de engenhos. Observe-se a especificidade do caso de Gomes Barrozo, cujos filhos acabaram por se tornar rentistas.

Não é difícil demonstrar que essa reconversão implicava perdas substanciais, sobretudo quando lembramos que a mudança não representava o abandono de espaços mercantis comuns, mas sim a saída de setores nevrálgicos e altamente monopolizados. Tratava-se, enfim, de abandonar ramos cuja rentabilidade era das mais expressivas entre os negócios coloniais, como por exemplo o tráfico de africanos, o comércio de açúcar e as companhias de seguros.

Tomando por base a comparação entre o comércio negreiro, por um lado, e as fazendas de açúcar e aluguéis urbanos, pelo outro, constata-se que o retorno líquido de uma *plantation* podia chegar a um máximo de 12% ao ano, girando em média entre

5% e 10%. Os aluguéis urbanos, por sua vez, analisados pelas prestações de contas em inventários *post-mortem* das décadas de 1810 e 1820, podiam alcançar 10% anuais sobre o capital investido (descontada a manutenção dos prédios). O tráfico de africanos, por sua vez, alcançava na década de 1810 uma lucratividade média de 19% por expedição. Cabe lembrar que essas diferenças relativas se tornam mais expressivas quando consideradas em termos absolutos. Assim, enquanto o retorno de um engenho real com cerca de sessenta escravos podia chegar, em bons anos da década de 1800, a dois contos de réis, o de uma única expedição negreira, em 1812, podia alcançar pouco mais de sete contos de réis.

O que estaria por trás de um movimento de reconversão em si mesmo tão estranho?

Por certo poder-se-ia argumentar que a transformação do grande comerciante de longo curso em fazendeiro se explicaria em função da busca de maior estabilidade por parte da fortuna comercial já constituída. Para tanto, abandonar-se-ia uma atividade demasiadamente caudatária das violentas flutuações do mercado internacional em prol de um tipo de empresa vinculada essencialmente à terra. Contudo, para o caso brasileiro, essa possibilidade deveria ser matizada. Isso porque, ainda quando tal reconversão pudesse significar o aparecimento de mais um grande plantador, a vinculação deste ao mercado exterior permaneceria, tendo em vista a natureza agroexportadora da *plantation*. Em suma, o risco de quebra, mesmo quando minorado, persistiria.

Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirma-

ção de certa distância em face do mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha por precondição a constituição de relações de *poder*.

É óbvio que esse quadro geral engloba a própria herança aristocratizante ibérica, ainda mais forte quando recordamos que, embora construíssem suas fortunas no Brasil, grande parte dessa elite era formada por imigrantes portugueses desembarcados na segunda metade do século XVIII. Na verdade, a busca da aristocratização por parte de membros dos altos estratos das comunidades mercantis não é de modo algum estranha à tradição da Europa do Antigo Regime. Exemplos desse tipo podem ser facilmente detectados não apenas nas sociedades ibéricas, mas também na França, Itália e Alemanha, como demonstram os estudos de Goubert, Romano e Braudel.<sup>2</sup> Com uma diferença em relação ao caso brasileiro: enquanto na Europa a aristocracia e a sociedade hierarquizada que ela dominava precederam historicamente o grande capital mercantil moderno, no Brasil, em função da inexistência pretérita de uma nobreza, isso não ocorria. Nesse sentido, a transformação de grandes negociantes em rentistas e senhores rurais contribuía significativamente para a montagem e a perpetuação da aristocracia imperial. Na verdade, não se tratava de algo novo pois, analisando a primeira

<sup>2</sup>BRAUDEL, *Civilização...*, op. cit.; ROMANO, R. "La storia economica dal secolo al Settecento", in: *Storia d'Italia*, vol. 2, pp. 1.813-1.931 citado por SEIBT, F. & EBERHARD, W. (orgs.), *Europa 1400*. Barcelona, Critica, 1992, p. 199.; GOUBERT, P. *Cent mille provinciaux au XVII siecle — beauvais et le beauvaisis de 1600 a 1730*. Paris, Flammarion, 1968.

geração de senhores de engenho baianos, em 1580, Schwartz mostra que ao lado de fidalgos ou detentores de altos cargos no Estado, havia pelo menos  $1/3$  de agentes provenientes de profissões mercantis.

Estamos diante de um movimento radicalmente distinto do ocorrido na Europa, pois aqui o capital mercantil contribuía de forma decisiva para a formação e contínua reiteração de uma hierarquia rural cujo aristocrático topo era constituído por senhores de homens e de terras. É o que se nota quando se trabalha com o mercado rural por meio dos Offícios de Notas do Rio de Janeiro. Nele se verifica que, exacerbando a tendência verificada no meio urbano, o grau de diferenciação entre os valores das propriedades rurais negociadas era extremamente alto. Nos anos de 1800 a 1810, por exemplo,  $1/3$  dos valores negociados estava em mãos de apenas 5% dos compradores. Estes números se referem a negócios com fazendas de mais de cinquenta escravos e 300 alqueires, cujos valores ultrapassassem dez contos de réis (quantia acessível a menos de  $1/5$  da população presente em inventários da primeira década do século). Daí eles dizerem respeito à montagem de unidades agrícolas pertencentes aos médios e altos estratos da hierarquia rural. Ainda para o período considerado, pelo menos  $1/3$  dos compradores desse tipo de unidade era comerciante.

\*

Acompanhar a trajetória dos componentes da elite mercantil permitiu-nos não apenas identificar a estratégia de determinada fração social, mas também rastrear a própria lógica reprodutiva da sociedade. Isso foi possível na medida em que parte expressiva do excedente econômico se traduzia de imediato em acumulação

mercantil, pelo que o destino dado a essa acumulação nos informa sobre os mecanismos gerais de reprodução da economia.

Se partirmos desse pressuposto geral, acabaremos por concluir não haver contradições maiores entre a hegemonia do capital mercantil (sobretudo no que se refere ao seu parasitismo) e o funcionamento de uma economia agrária de base escravista. Em primeiro lugar, porque a própria existência de uma esfera mercantil hegemônica acabava por reforçar o caráter não capitalista do processo produtivo, além de cercear a opção de mobilidade econômica dos lavradores. Mas a organicidade entre certo tipo de acumulação mercantil e a economia em questão não se esgotava aí, pois grandes frações mercantis, ao constituírem grupos rentistas urbanos, convertiam-se em parcelas do topo da hierarquia. Reforçava-se, desse modo, a natureza excludente da sociedade, dado que se cristalizavam grupos à margem do mundo do trabalho. Por outro lado, caso consideremos que parte do excedente agrícola já havia sido esterilizada (pois fora apropriada pelos comerciantes), a transformação de parcela da elite mercantil em senhores de homens e de terras significará o retorno dessa parte expropriada e, pois, a própria viabilização da hierarquia social. Com esse movimento se completa a reprodução integral da economia e sociedade tratadas, demonstrando-se, ademais, que a estratégia do capital mercantil se subordinava — em um nível muito amplo — à reiteração da estrutura agrária escravista.

Levando-se o raciocínio adiante, e lembrando a posição privilegiada do capital mercantil carioca no mercado atlântico português, observa-se que a contínua recriação dessa estrutura agrária escravista envolvia a própria reprodução de outras formações não-capitalistas. É o caso daquelas que, na África, tinham no tráfico de almas o mais importante eixo de diferenciação social. E também de Portugal, que se apropriava das rendas de-

rivadas dos negócios ultramarinos. Logo, ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial a um mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador era constituído pela contínua exacerbação de uma natureza arcaizante.

#### UMA SOCIEDADE HISTORICAMENTE SOLIDÁRIA COM A EXCLUSÃO

A cultura política das elites brasileiras contemporâneas as tem permitido transformar o sono sobre um barril de pólvora em repouso em berço esplêndido. Afinal, por séculos a fio elas não apenas conviveram como se reproduziram *mediante* a exclusão social, afirmação amplamente comprovada pelo fato de ter sido a escravidão (de indígenas e dos africanos e seus descendentes) o tipo de sociedade mais estável já conhecido no Brasil. Isso significa que, do ponto de vista sociológico, nossas elites acostumaram-se à contínua reiteração da diferença socioeconômica entre elas e todos os outros homens livres a partir da renda expropriada ao trabalhador escravo.<sup>3</sup>

Os dados que temos apresentado demonstram a permanência estrutural da desigualdade na distribuição de renda entre os séculos XVIII e XX. Concentração e diferenciação parecem, portanto, imunes às distintas conjunturas econômicas, tanto aquelas próprias da escravidão quanto as do capitalismo deste final do milênio: é este o mais forte ponto de contato entre a elite contemporânea e as elites de outras épocas. Porém, não se trata apenas da persistência da desigualdade, mas sim de determinado *tipo* de desigualdade, em que a riqueza se concentra de tal modo a não ensejar sequer a existência de grupos intermedi-

<sup>3</sup>FINLEY, op. cit., pp. 84-85

ários de peso. Eis um perfil a sugerir a permanência de certo padrão de acumulação de riquezas, o qual, tal como uma bactéria absolutamente infensa a antídotos, conseguiu ultrapassar a escravidão e adaptar-se ao nosso capitalismo tupiniquim.

Trata-se de um padrão que não se restringe ou se esgota no mercado, pois tem na cultura — especialmente na cultura política — um momento fundamental. Nesse sentido, é possível que dois elementos tenham contribuído desde sempre para o verdadeiro êxito histórico desse padrão excludente. No campo da cultura política, observou-se no início deste livro que nossas elites inscrevem a pobreza no mundo da natureza — o que não as insta a postular seriamente seu fim e as faz sentir-se absolutamente isentas de qualquer responsabilidade. Além disso, em circunstâncias-limite, associam quase que ontologicamente os pobres ao crime, surgindo a coerção como o único paliativo.<sup>4</sup>

Visão de mundo secular, a ninguém espantaria os termos empregados pelo governador Thomé Correia de Alvarenga, ao solicitar ao rei, em 1658, providências contra a onda de crimes que assolava a cidade do Rio de Janeiro. Estes, dizia ele, se continuassem a ocorrer, trariam a

ruína para este povo, pela ousadia de muitas pessoas que nele há sem cabedal, [dentre as quais] principalmente destes mamelucos que com facilidade cometem qualquer crime.<sup>5</sup>

<sup>4</sup>Por certo, essas inscrições e associações desde sempre contribuíram para o não-enraizamento do liberalismo clássico na elite brasileira. Veja-se SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998, pp. 9-61.

<sup>5</sup>ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Documentação avulsa do Rio de Janeiro*, 1658, caixa 3, maço 127.

O segundo elemento refere-se ao comprometimento de *toda* a sociedade com a exclusão, traço que não escapou ao olhar neoclassicista de Debret. Na escravidão, existia a possibilidade não muito remota de um escravo tornar-se livre e, eventualmente, possuir outro cativo. Talvez por isso os revolucionários pernambucanos de 1817 tenham proposto apenas a emancipação gradual do cativo, reconhecendo como sagrados os direitos de propriedade. Do mesmo modo, no decorrer do período da Regência, à exceção da Revolta dos Malês (1835), nenhum dos levantes ocorridos (Farrapos, Cabanagem e Balaiada), alguns dos quais com grande participação de cativos, ex-escravos e homens pobres livres, reivindicou a eliminação da escravidão. Sintomático também foi o fato de, em 1840, os emissários da Anti-Slavery Society, de Londres, ao Brasil registrarem em seu relatório, com pesar, que não se podia contar com os brasileiros livres de cor para engrossar o movimento antiescravista.<sup>6</sup>

Em nosso século, em especial a partir do pós-guerra, o contínuo crescimento da economia pode ter sustentado “uma crença implícita e generalizada de que todos e cada um poderiam se beneficiar com o crescimento da nação”.<sup>7</sup> Teria sido esta a base da harmonia social até, pelo menos, a década de 1980. Ora, à semelhança do que ocorria na época da escravidão, a possibilidade de se beneficiar desse crescimento do país significa, para os agentes sociais, poder reproduzir, em uma eventual posição de superioridade, as mesmas estruturas vigentes, i.e., a profunda desigualdade social e econômica.

<sup>6</sup>CUNHA, op. cit., p. 24; e CARVALHO, José M. de. *Teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 51.

<sup>7</sup>REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998, p. 231; cf. tb. FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, pp. 20-21.